

País monta estratégia de negociação com credores

Beatriz Abreu

BRASÍLIA — O governo brasileiro está montando sua estratégia de ação para desencadear uma rodada de negociações com os bancos credores tão logo receber uma comunicação oficial do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a aprovação ou não de uma ajuda financeira, ainda este ano, ao Brasil. A agenda de discussões ainda está em aberto, mas não se descarta entre as alternativas a de se propor aos bancos credores a capitalização dos juros devidos e não pagos este ano. Uma proposta que governos anteriores recorreram em momentos de dificuldades para efetivar pagamentos externos, como, por exemplo, o que se configura a partir de setembro caso se confirme o estrangulamento de ingresso de recursos externos no país.

A disposição das autoridades econômicas é estabelecer um entendimento com a comunidade financeira internacional e já deu o primeiro passo neste sentido: o Banco Central expediu telex ao comitê dos bancos credores garantindo que os pagamentos associados ao comércio, bem como as linhas de curto prazo — comercial e interbancária — não sofrerão qualquer tipo de retenção no Banco Central. Assim, fica explicitado que a centralização cambial — definida como uma “preventiva e de defesa das reservas internacionais” — não inclui estes pagamentos. Apesar disso, o telex não se refere à moratória, deixando em aberto o pagamento dos juros da dívida de longo prazo junto aos bancos privados. Ao mesmo tempo em que procura justificar a retenção de dólares no Banco Central para impedir que “uma queda no nível das reservas provoque um impacto negativo” nos esforços

para conter a inflação, o secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, confirma que, por falta de acordo com o FMI, não restará outra saída a não ser de não honrar as parcelas dos juros que vencem ao longo deste segundo semestre e estimadas em algo superior a US\$ 4 bilhões.

A estratégia de ação será discutida hoje com o presidente Sarney. Os problemas financeiros e comerciais do Brasil com os Estados Unidos serão, oficialmente, o tema da reunião com o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, e o embaixador brasileiro Marcílio Marques Moreira. Espera-se, porém, que após ouvir as ponderações de Maílson e as conversas que Marcílio manteve com o governo norte americano, o presidente detalhará as instruções ao embaixador, que desencadearão a segunda fase desta difícil negociação. O governo está convencido de que, no momento, tem que se recorrer a uma argumentação política.

Este pelo menos é o objetivo das medidas anunciadas no último dia 30 de junho, como a centralização cambial, a desvalorização do câmbio e a criação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN) com cláusula cambial, adotadas para eliminar incertezas e garantir o fechamento dos contratos de câmbio e um saldo na balança comercial de US\$ 16 bilhões este ano. No telex encaminhado a comunidade financeira, o governo também é explícito, quando demonstra confiança no sucesso das medidas: “Elas levarão à estabilização do mercado e permitirão melhorias nas contas externas”. E, por outro lado, reconhece que as pressões inflacionárias e as do “calendário político” são um ingrediente a mais no clima de incertezas que cerca o país.